Em transmissão ao vivo, FenaSaúde apresentou análise dos dados da ANS e indicadores setoriais, apontando que a sustentabilidade do sistema segue como o principal desafio

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) realizou nesta quinta-feira, 01/10, mais uma edição de sua transmissão online dedicada à análise de dados e indicadores do setor. Durante a live, a entidade discutiu os dados econômico-financeiros do primeiro semestre de 2026 recém-divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que confirmam a recuperação do segmento aos níveis pré-pandemia, mas já sinalizam estabilização dessa tendência e retração em indicadores cruciais. A transmissão foi conduzida por Bruno Sobral, Diretor-Executivo da FenaSaúde; Rafael Scherre, Diretor de Regulação Econômica da entidade; e João Marchi, Coordenador de Informação em Saúde Suplementar.

O cenário permanece demandando atenção, especialmente em relação à sustentabilidade das operadoras. A margem operacional do primeiro semestre de 2026 ficou em 3,2%, ante 3,9% no mesmo período de 2025. Na comparação do resultado líquido, a queda foi de 12,2% no período, o que corresponde a uma margem líquida setorial de 6,2%, contra 7,7% registrada no ano anterior.

“Os resultados do primeiro semestre de 2026 mostram uma queda relevante de 12,2% no resultado líquido, puxada pela retração dos resultados operacionais das operadoras. Essa redução indica que a recuperação do setor ocorrida em 2025 começa a perder força. A margem operacional caiu de 3,9% para 3,2% no período, enquanto a margem líquida recuou de 7,7% no primeiro semestre de 2025 para 6,2% em 2026, sinalizando tendência de queda. Diante disso, as operadoras continuam empenhadas no esforço constante para manter custos sob controle, combater desperdícios e assegurar a sustentabilidade do sistema", afirma Bruno Sobral, Diretor-Executivo da FenaSaúde.

O executivo destaca ainda o histórico de rentabilidade do setor, respaldado por estudo recente da LCA Consultoria. Entre 2010 e 2025, a margem líquida média do setor foi de 3,5%. No entanto, ao desconsiderar o resultado financeiro, a margem no mesmo período foi de apenas 0,6%, evidenciando a forte pressão sob a qual as operadoras operam no longo prazo.

"Isso mostra como as operadoras trabalham no limite da precificação necessária para cobrir as despesas. Com a sinistralidade do setor frequentemente superior a 80% e margens tão apertadas, é fundamental construir um ambiente de incorporação tecnológica cada vez mais baseado em evidências, além de atuar diariamente no combate rigoroso às fraudes e aos desperdícios", reforça Sobral.

Despesas crescem acima das receitas

Os dados da ANS corroboram o alerta da entidade: houve uma retração de 10,4% no resultado operacional em relação ao primeiro semestre de 2025, enquanto o resultado financeiro registrou um salto de 10,3%. Como proporção do resultado antes dos impostos, o resultado operacional respondeu por 39%, enquanto o financeiro representou 52%. Já o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) recuou para 14%, ante os 16% registrados no fechamento de 2025. Segundo o balanço da ANS, a receita das operadoras com mensalidades somou R$ 175,8 bilhões de janeiro a junho, montante 9,6% superior ao do mesmo período de 2025. Por outro lado, as despesas assistenciais subiram 9,9%, chegando a R$ 143,0 bilhões e superando a evolução das receitas. Com isso, a sinistralidade nos planos médico-hospitalares atingiu 81,9% — um avanço de 0,8 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior (81,1%).

Estabilidade na cobertura e avanços com fatores moderadores

A base de clientes registrou estabilidade no período: o setor encerrou o semestre com 53,2 milhões de beneficiários em planos de assistência médica (+0,5% ante o fim de 2025) e 37 milhões em planos exclusivamente odontológicos (+3,6%). A taxa de cobertura dos planos médico-hospitalares permanece estagnada em patamar próximo a 25% da população brasileira há mais de uma década.

Para moderar custos e aumentar o acesso, ferramentas como coparticipação e franquia vêm ganhando espaço no mercado: em 2025, 69% dos beneficiários de planos coletivos já estavam em contratos com fatores moderadores. Com base nos dados mais recentes da ANS, esses planos foram, em média, 35% mais baratos que os planos sem fatores moderadores.

Judicialização

Durante a transmissão ao vivo, a equipe técnica da FenaSaúde também analisou os dados mais recentes sobre a judicialização no setor:

- O crescimento das despesas decorrentes de decisões judiciais segue impondo forte pressão sobre o setor. No fechamento do semestre, a série acumulada em 12 meses indica cerca de R$ 5,2 bilhões em despesas com indenizações judiciais, recorde histórico.
- A equipe mostrou a tendência de evolução das ações judiciais em comparação com o SUS e o cenário preocupante para o futuro próximo. Na série acumulada de 4 trimestres, são 374 mil novos casos na saúde suplementar no fechamento do semestre, número que supera os 358 mil novos casos do SUS na mesma base de comparação.
- Decisões que concedem coberturas sem observância à medicina baseada em evidências geram insegurança jurídica e oneram as mensalidades de todos os beneficiários. O setor reforça a importância da aplicação dos critérios estabelecidos pelo STF (ADI 7.265) para a concessão de tratamentos fora do rol. Medida equivalente aconteceu para o SUS no 2º semestre de 2024 (Temas 6 e 1234) e foi capaz de estabilizar a evolução de novos casos. O setor espera que a ADI 7.265 seja capaz de produzir efeitos semelhantes para a saúde suplementar.

Propostas para o futuro

Foram divulgadas ainda as propostas da FenaSaúde para os presidenciáveis, essenciais para a agenda da saúde suplementar:

- **Carta Aberta aos Presidenciáveis**. Uma iniciativa conjunta da FenaSaúde e grandes setores regulados: aviação civil (ABEAR); rodovias (ABCR); saneamento (ABCON) e telecomunicações (Conexis Brasil Digital). As entidades sugeriram caminhos para que o país avance na agenda de inclusão social e desenvolvimento econômico, aumentando geração de empregos e prosperidade para os brasileiros, e chamaram atenção para o importante papel da iniciativa privada nessa trajetória, em parceria com os governos. A agenda apresentada aos presidenciáveis está organizada em dois pilares: melhoria da qualidade regulatória e fortalecimento da segurança jurídica, com redução da litigiosidade, problemas comuns aos setores econômicos representados.
- **Propostas FenaSaúde para o Futuro da Saúde Suplementar Brasileira** – Agenda 2027-2030. No contexto do debate de propostas aos presidenciáveis, a FenaSaúde destaca a urgência de prioridades estruturantes para a saúde suplementar: i) mais integração entre os sistemas público e privado (prontuário eletrônico unificado); ii) ampliação do acesso à saúde com responsabilidade (novos produtos de menor custo, mais acessíveis e segmentados); iii) maior racionalidade na incorporação de tecnologias em saúde (instância única e nacional responsável pela ATS); e iv) combate a fraudes e desperdícios na saúde suplementar (aperfeiçoamento da legislação aplicável e obrigatoriedade do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES).

Confira **AQUI** a íntegra da transmissão

Fonte: FenaSaúde, em 01.10.2026